



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CAIO MAGNO DOS SANTOS

**JOVENS PERIFÉRICOS E A UNIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS DESENVOLVIDO PELA
UNEB**

SALVADOR

2021

CAIO MAGNO DOS SANTOS

**JOVENS PERIFÉRICOS E A UNIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS DESENVOLVIDO PELA
UNEB**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Maria Ferreira
Cardoso

SALVADOR

2021

CAIO MAGNO DOS SANTOS

**JOVENS PERIFÉRICOS E A UNIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS DESENVOLVIDO PELA
UNEB**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Maria Cardoso

Salvador, 06 de dezembro de
2021.

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria Ferreira Cardoso (Universidade Federal da Bahia)

Prof.^a. Dr.^a. Adriana Freire Pereira Férriz (Universidade Federal da Bahia)

Prof.^a Mr.^a Ana Vitória da Paixão Silva (Universidade do Estado da Bahia / UNEB)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus por essa oportunidade e por ter me sustentado durante todo esse tempo, e ter me permitido chegar até o final.

Agradeço também aos meus familiares, em especial ao meu pai Jorge, minha mãe Regina, minha irmã Clara e meu cunhado Rafael, por todo o suporte e amor nesta jornada.

Aos meus amigos queridos e amados, Cecília, Ana Sueli, Reigilene, Alan, Lorena, Eliene, Thalita, Bárbara, Rose entre outros, por terem me incentivado a persistir e acreditar ainda mais no meu potencial. Aos meus familiares tios e tias, primos e primas e colega

Ao UPT e à coordenadora e professora Ana Vitória, o meu muito obrigado por terem me proporcionado essa visão de pertencimento ao espaço da universidade pública.

Por fim, à minha orientadora Professora Ana Maria Ferreira Cardoso, por toda a ajuda, disponibilidade e troca de experiências.

*“Coisas extraordinárias só acontecem a pessoas
extraordinárias, vai ver é um sinal que você tem um
destino extraordinário, algum destino maior do que
você pode ter imaginado”*

C. S. Lewis

Santos, Caio Magno . **Jovens Periféricos e a Universidade: Contribuições do Programa Universidade Para Todos desenvolvido pela UNEB**. 2021. Orientadora: Ana Maria Ferreira Cardoso. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo compreender como o Programa Universidade para Todos, desenvolvido pela UNEB, contribui para o ingresso de jovens periféricos às universidades públicas. Para a realização deste projeto foi realizada a pesquisa bibliográfica que promoveu uma análise sobre o perfil socioeconômico e cultural destes sujeitos, trazendo a discussão sobre as barreiras e dificuldades que os mesmos enfrentam até o momento de prestarem o vestibular. Bem como realizou entrevista semi estruturada com três ex-participantes do programa, aprovados em universidades públicas de Salvador. Neste trabalho a universidade é discutida como um campo importante de mudanças e espaço de oportunidades para estes jovens, tanto no processo de formação educacional, profissional e pessoal. Inserida neste contexto de promoção ao acesso às universidades, o programa Universidade Para Todos atua como uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento, ingresso e pertencimento desses sujeitos às universidades públicas.

Palavras chaves: Programa Universidade Para Todos (UPT), Cursos Pré-vestibulares, Juventude Periférica.

Santos, Caio Magno . **Jovens Periféricos e a Universidade: Contribuições do Programa Universidade Para Todos desenvolvido pela UNEB**. 2021. Orientadora: Ana Maria Ferreira Cardoso. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

ABSTRACT

This Course Completion Paper seeks to present how social programs work, enabling young people from the periphery who belong to the most popular classes of Brazilian society to have access to public higher education. To carry out this project, a bibliographical research was carried out, which promoted an analysis of the socioeconomic and cultural profile of these subjects, bringing the discussion about the barriers and difficulties they face until the moment of taking the entrance exam, raising questions about the quality of teaching offered to students from public schools compared to those from private schools. In this way, the university will be discussed as an important field of change and a space of opportunities for these young people both in the process of educational, professional and personal training. Inserted in this context of promoting access to universities, the University for All program acts as an extremely important tool for the development, admission and belonging of these subjects to public universities.

Key words: University for All Program (UPT), Education, Higher Education, Pre-university entrance courses, Peripheral Youth.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA E A JUVENTUDE PERIFÉRICA	14
2.1. O ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL	14
2.2. A JUVENTUDE PERIFÉRICA E O ACESSO À EDUCAÇÃO	25
3. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS E O INGRESSO DE JOVENS PERIFÉRICOS ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	31
3.1. O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
5. REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o ingresso ao ensino superior, tradicionalmente, é realizado por meio de vestibulares ou pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, avaliações que são fundamentadas em conteúdos do ensino médio científico, sendo, atualmente, o meio mais utilizado pelas instituições públicas de ensino superior para aqueles que desejam ingressar neste campo.

Entretanto, podemos observar que há uma disparidade sobre a preparação dos alunos da rede pública de ensino para os vestibulares e exames em relação aos da rede particular. Silva e et al. (2018) ressaltam que isso se deve a vários fatores, como o socioeconômico, sendo que, para muitos destes estudantes, a condição financeira em que se encontram dificulta a concentração nos estudos, pois precisam prematuramente trabalhar para ajudar financeiramente suas famílias, diminuindo o foco e tempo de estudos que precisam ter durante este processo de preparo.

Além disso, é ressaltado pelos autores outro fator determinante, a qualidade de ensino e cobrança ofertado aos alunos de escolas públicas que em comparação a rede particular apresenta uma enorme desvantagem em uma futura disputa por vagas. Deste modo, é importante e necessário políticas públicas que possibilitem uma disputa mais igualitária entre os candidatos e viabilizem condições especiais de inclusão e inserção social, para que a população mais carente tenha uma melhor oportunidade de acesso à educação superior (SILVA et al., 2018).

Segundo a meta 12 do Plano Nacional de Educação - PNE (2014 - 2024), voltada para o acesso ao ensino superior, projeta-se a elevação tanto da taxa bruta como líquida de matrícula nesse campo, para a população de 18 a 24 anos, com uma crescente de 50% e 33%, respectivamente, além de trazer propostas que ampliem a participação destes grupos historicamente prejudicados e desfavorecidos na educação superior, por meio de ações políticas afirmativas e legislativas para que os mesmos possam ter melhores condições de acesso às instituições de educação superior.

Além disso, o PNE expõe uma breve discussão sobre iniciativas de cursos pré-vestibulares que se inserem nesse contexto de tentar proporcionar condições

para que essa população destacada possa acessar à educação superior, assim democratizando o acesso ao saber para mais pessoas.

Sabe-se que a função pedagógica da universidade cria mecanismos para o desenvolvimento de processos sociais e políticos. O conhecimento sistematizado, organizado e elaborado está fundamentado na construção social, estabelecendo, desta forma, um processo interativo e dialógico, emergindo no espaço público a função da universidade como formadora de opinião e de vontade de sujeitos (PIMENTEL, 2008, p. 7).

A universidade em si, para Wanderley (1999), tem como seus principais objetivos três bases que são: ensino, pesquisa e extensão, sendo uma plataforma essencial para que a cultura do saber seja difundida.

Por ser uma instituição educacional, a Universidade deve ofertar uma formação associada com os processos de investigação científica e desenvolvimento cultural, voltados à produção e intervenção do saber sistematizado, à reflexão, ao debate e à crítica acerca de temas demandados pela sociedade, como perspectiva para o crescimento do cidadão e desenvolvimento do seu futuro profissional, fomentando assim, a capacidade desse sujeito de intervir na realidade em que vive (SILVA E JESUS, 2019, p. 1).

Nessa perspectiva, o Programa Universidade Para Todos (UPT), criado em 2004, contribui para a extensão das bases citadas (ensino, pesquisa e extensão), decorrente da parceria da Secretaria de Educação do Estado da Bahia em conjunto com as Universidades Públicas do Estado da Bahia: Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade Estadual do Sudoeste Baiano – UESB e Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Este programa, criado pelo Governo do Estado por meio do decreto de nº 9.419 de 23 de julho de 2004, tem sua atuação direcionada à consolidação de acesso ao ensino superior, através do seu curso pré-vestibular voltado para estudantes que estão ingressos no ensino médio da rede estadual ou que já o concluíram.. É administrado pelas universidades citadas tendo seu campo de atuação em quase todo território do Estado da Bahia, atendendo o quantitativo de 16.400 alunos, segundo os dados divulgados pelo próprio projeto no ano de 2017.

O UPT tem a meta de democratizar o acesso dos estudantes das classes sociais mais vulneráveis às universidades, principalmente as de caráter público, proporcionando um reforço nos estudos para os estudantes que se encontram no

final do ensino médio e àqueles que há algum tempo concluíram o mesmo e almejam adentrar à academia, procurando aumentar o nível e desempenho destes alunos nas provas e vestibulares dos quais participarão.

No UPT os alunos têm carga horária de 20 horas semanais de aulas presenciais, nas quais são ministradas as disciplinas de: Língua Portuguesa, Redação, Matemática, Física, Química, Biologia, Literatura, História, Geografia e Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol). Oferece ainda material didático sem qualquer custo para o estudante; além disso, concede isenção na taxa de inscrição nos vestibulares das universidades estaduais para aqueles que frequentarem mais de 75% das aulas. Cada unidade (pólo) funciona, em sua maioria, em escolas estaduais/municipais em que possui um coordenador pedagógico que gerencia e planeja, em conjunto com os monitores, todas as atividades projetadas para serem realizadas no local durante o período em que o programa acontece.

Assim, este trabalho de pesquisa orientou-se pela seguinte questão: qual a contribuição do Programa Universidade para Todos (UPT) para o ingresso da juventude periférica nas Universidades Públicas de Salvador?

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como o Programa Universidade para Todos, desenvolvido pela UNEB, contribui para o ingresso de jovens periféricos às universidades públicas. E os objetivos específicos foram: Analisar a proposta sociopedagógica do Programa UPT; traçar o perfil socioeconômico dos alunos do Programa; e identificar e analisar os resultados alcançados durante os anos de 2015 a 2017 pelo UPT, no polo Rômulo Almeida, localizado no município de Salvador.

Destaco a importância em se discutir essa temática, pois a questão do ensino superior e o acesso por meio dos vestibulares deve ser problematizado ainda mais na academia e em outros espaços. Discutir o ingresso de pessoas oriundas dos estratos mais populares da classe trabalhadora na universidade é dialogar sobre como se dá o processo de exclusão por meio destes exames e discutir sobre a dificuldade em acessar a universidade, principalmente as públicas, onde se encontra uma quantidade considerável de alunos com poder aquisitivo alto. Assim é relevante entender como o UPT atua nesse contexto de luta pela democratização da educação superior.

O interesse em produzir essa monografia se dá também pelo motivo de ter feito parte do Universidade para Todos, como estudante e empregado de 2016 até 2018. A realização desta pesquisa propiciou compreender melhor como se dá a execução dessa política pública, voltada à efetivação do direito à educação para as camadas mais populares.

Entendo que esta discussão também é relevante para o Serviço Social, pois permitiu analisar as estratégias que foram adotadas pelo UPT, como que ele se insere e atua neste contexto de garantia de direitos, quais são os desafios/barreiras e problemáticas que enfrentam e como acontece a relação dos usuários com o programa e qual é o perfil socioeconômico de seus alunos.

A pesquisa realizada possui um caráter exploratório, pois busca uma maior aproximação com os eventos e fatos que interagem com o objeto de estudo para melhor entendê-lo, analisá-lo e produzir um conteúdo mais crítico e consistente sobre o tema. Destaco a fala de Gil (2002) sobre pesquisa exploratória:

[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. [...]. (GIL, 2002, p. 41).

O estudo possui uma natureza qualitativa, pois demanda atenção do pesquisador às subjetividades dos fatos e sujeitos que fazem parte do objeto de estudo. É necessário pesquisar sobre a realidade das pessoas que fazem parte do programa e como essa realidade impacta em seu processo de aprendizagem, exigindo assim um estudo mais amplo sobre o pré-vestibular.

A pesquisa qualitativa apresenta características que correspondem às necessidades de nosso estudo, pois: envolve pequenas amostras, as quais não necessitam ser representativas de grandes populações; utiliza uma variedade de técnicas de coleta de dados e não apenas o formato de perguntas e respostas previamente estruturadas; considera o correto entendimento e definição do problema e dos objetivos da pesquisa como parte dos dados a serem coletados, permitindo que isto se incorpore ao briefing, antes do início do trabalho de campo; torna acessível aos

entrevistadores caminhos que lhes permitam expressarem a si próprios (COSTA, 2015, p. 14).

Com isso foi necessário realizar um trabalho de campo para que se tivesse uma melhor compreensão sobre o objeto. O local selecionado para realizar a pesquisa foi o polo Rômulo Almeida, localizado no bairro do Imbuí na cidade de Salvador/BA, pois seria inviável realizar a pesquisa em todos os locais em que se encontram o pré-vestibular UPT, visto que são mais de 100 polos espalhados por todo o território baiano. Com isso, foi selecionado este pólo porque, além de ser mais próximo à residência do pesquisador, o mesmo possui contato tanto com os profissionais que atuaram no local como com a maioria dos estudantes.

Além disso, foi realizado um levantamento de dados e informações sobre o curso UPT através de pesquisa documental com objetivo de verificar sua proposta pedagógica e os resultados obtidos durante o tempo destacado.

Também foi realizada revisão de literatura, buscando estudar temas e autores que dialoguem com as categorias definidas para a pesquisa, através de estudos e produções já existentes, para que se tenha uma melhor compreensão, relevância e referencial necessários para uma discussão com maior propriedade e segurança sobre a temática proposta.

Foram realizadas entrevistas com três ex-estudantes do UPT, que participaram deste projeto no período de 2015 a 2017.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com base em alguns tópicos centrais para a pesquisa, não tirando a possibilidade de outras questões serem colocadas durante o processo de coleta de informações, assim possibilitando que a entrevista fosse mais flexível e rica em informações sobre as experiências de cada entrevistado com o objeto estudado.

A partir das entrevistas se buscou entender melhor o UPT, a realidade destes usuários e se o curso pré-vestibular obteve resultados durante o período em que participaram. Essas entrevistas foram gravadas, em forma de vídeo chamada, por causa do contexto de pandemia. Antes das gravações, foi enviado previamente, para todos os entrevistados, um termo de consentimento livre e esclarecido para registro do consentimento para que as gravações por vídeo fossem realizadas. Este

recurso colaborou para que as falas dos mesmos na pesquisa fossem melhor registradas.

Para estruturar a discussão, o presente trabalho foi dividido em dois capítulos, além desta introdução, numerada como capítulo 1 e considerações finais, numerada como capítulo 4. Assim, no capítulo 2 se discutirá um pouco sobre a história do ensino superior no Brasil, fazendo uma discussão sobre como este é ofertado às diferentes camadas sociais do Brasil. Logo após o presente texto, seguirá fazendo uma exposição sobre como o ensino superior é ofertado aos jovens pertencentes às camadas populares, trazendo as dificuldades e barreiras que este público enfrenta para este acesso e o que a Universidade simboliza para estes sujeitos.

Por fim, no capítulo 3 discutiremos sobre a inserção do curso pré-vestibular Universidade para Todos dentro desta perspectiva de direito às universidades aos jovens periféricos, analisando, por meio de entrevistas e pesquisa bibliográfica, o perfil socioeconômico destes estudantes e atuação sociopedagógica do programa na promoção do acesso ao ensino superior.

2. O ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA E A JUVENTUDE PERIFÉRICA

Este capítulo terá como centralidade fazer uma discussão histórica sobre o acesso da juventude periférica ao ensino superior no Brasil, apresentando um breve histórico da inserção destas instituições no país, estabelecendo um diálogo sobre como este acesso à universidade foi ofertado aos jovens pertencentes às camadas mais populares, destacando os desafios que eles enfrentam para conquistar este espaço dentro das instituições de ensino.

2.1 O ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL

O Brasil é marcado por desigualdades sociais que reverberam até hoje, afastando grande parte de sua população do acesso às políticas públicas, como a educação. Como exposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, p. 1).

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história (CFESS, 2011, p. 12).

Democratizar este acesso, segundo Teixeira (2018), seria atender este público que foi historicamente excluído e teve, por muito tempo, negado o direito a uma formação superior, sobretudo tendo como referência a população negra, visto

que, tempos atrás, era muito difícil encontrarmos jovens dessas camadas, principalmente mulheres negras, nas instituições de ensino superior.

Hoje podemos observar a crescente e intensa demanda pelo ensino superior, principalmente entre os jovens de baixa renda, porém, segundo a autora, isso não isenta de contradições existentes, pois muitos destes jovens dependem essencialmente do ensino público. Este lugar ainda se caracteriza, principalmente em cursos mais elitizados, como espaços complicados para ingressar, fazendo com que projetem seus sonhos apenas para o sistema privado. Além disso, a autora traz uma reflexão de Ortega (2001) sobre como o ensino médio brasileiro é ofertado, configurando que os mais pobres, majoritariamente, têm um ensino de baixa qualidade.

Para discutirmos um pouco mais sobre o acesso ao ensino superior, faz-se importante lembrarmos, brevemente, a história e desenvolvimento das Universidades Públicas no Brasil, iniciando com as universidades localizadas em Salvador, sendo duas universidades públicas, uma estadual e outra federal, que são referências tanto regional como nacionalmente.

A primeira é a Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundada em 1808 com o primeiro curso de nível superior no Brasil, a Escola de Cirurgia da Bahia, incorporando em seu quadro, ao longo dos tempos, outros cursos até o que conhecemos hoje, sendo vanguardistas na incorporação de cursos como: Dança, Música e Artes em sua grade de escolas. Hoje possui mais de 106 opções de cursos (UFBA, 2020), distribuídos em diversos *campi* em Salvador, além dos *campi* em Camaçari e Vitória da Conquista. É mantida por recursos oriundos do Ministério da Educação (MEC), sua administração central fica localizada em Salvador e tem em seu quadro mais de 40 mil discentes. Além de contribuir com diversos serviços à comunidade interna e externa como: atenção à saúde prestados pelos Hospitais Universitários, ações e programas desenvolvidos por núcleos de extensão, pesquisa e pós-graduação (UFBA, 2020).

Outra instituição importante é a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Criada em 1983, é uma instituição que está localizada em diversas regiões do Estado da Bahia se caracterizando como uma instituição *multicampi*, com 30 departamentos localizados nos 26 *campi* instalados por todo o estado baiano,

fazendo-se presente em mais de 416 cidades por meio de ações de extensão e programas que beneficiam tanto a comunidade interna como externa com serviços ligados à saúde, formação e capacitação à comunidade. A UNEB é mantida e regulada pela Secretária de Educação do Estado da Bahia (SEC), com sua administração central localizada em Salvador. Possui mais de 33 mil estudantes e disponibiliza mais de 150 possibilidades de cursos à comunidade acadêmica, tanto na modalidade presencial como EaD (Educação a Distância) no campo da graduação e pós-graduação, nos seus mais diversos campi, promovendo, segundo a instituição, “a interiorização da pós-graduação pública, gratuita e de qualidade” (UNEB, 2020, p 1.).

O ensino superior tem seu início no Brasil em 1808 com a chegada da coroa real portuguesa ao país. Neste período, foram fundadas as escolas de Cirurgia e Anatomia na cidade de Salvador e Rio de Janeiro, a Academia da Guarda Marinha, e dois anos depois a Academia Real Militar, ambas em territórios cariocas. Seguindo o curso dos anos, até a Proclamação da República (1889), o ensino superior teve um desenvolvimento muito lento, pois a elite não via vantagens para si com a criação de novas instituições. Até o fim do séc. XIX, somente 24 estabelecimentos de formação superior existiam em território nacional, em média, totalizando 10.000 estudantes ingressos. Após três décadas, este quadro apresentou um crescimento relevante no que tange a quantidade de escolas, passando de 24 unidades isoladas a 133 por conta da iniciativa da elite regional e esferas religiosas, principalmente as confessionais católicas (MARTINS, 2002).

A partir de 1920, segundo Martins (2002), discussões sobre a implementação de universidades se dirigiam mais à perspectiva sobre qual seria sua função, além de serem instituições de ensino, defendendo a função delas de abrigar a ciência, promover a pesquisa e pesquisadores que fazem parte do quadro de ingressos.

Neste período, algumas reformas surgiram, como em 1931 na gestão Vargas, em que foi regulamentado a atuação das universidades, com destaque à integração de escolas e faculdades, a nova estrutura universitária e a cobrança de taxas anuais, pois ainda não tinha um caráter público no ensino na época. Além de ser organizada a fim de que em seu núcleo fosse formado por uma escola de Letras, Ciência e Filosofia. Apesar de apresentar mudanças, ainda não tinha respondido a

principal demanda da comunidade: o direito e acesso ao ensino superior público (MARTINS, 2002). A partir de 1947, a gratuidade do ensino oficial em todos os graus ocorre, sendo um processo gradativo, pois ainda em algumas instituições e estados se mantinham algumas cobranças, diminuindo ao longo do tempo e chegando à situação de ensino gratuito em todos os níveis, como conhecemos hoje.

Corbucci (2014, p. 9) expõe que essa admissão à graduação é visivelmente restrita a certas camadas da sociedade, deixando de fora, principalmente, a população negra, indígena e pobre, sendo em parte fruto de um cruel passado escravocrata e tardia implementação de escolas de nível superior, mas também “pela natureza e abrangência das políticas e ações voltadas à reversão ou mitigação desta situação”.

Com a instauração do Regime Militar, a partir de 1964, muitas lutas e pautas dos movimentos estudantis que direcionaram discussões voltadas ao fim do caráter elitista e ultrapassado das universidades, garantia da autonomia universitária e participação de toda a comunidade acadêmica nas esferas administrativas destes setores, ampliação das vagas ofertadas, entre outras, foram fragilizadas por causa do golpe militar, além de influentes lideranças do ensino superior serem exiladas com o propósito de silenciar a comunidade. Anjos, Ribeiro e Silva (2007) citam outro ponto importante neste período:

[...] 1960 em diante o ensino superior passou a crescer muito rapidamente. O crescimento da demanda causou profundas transformações nos métodos tradicionais de seleção, introduzindo os testes objetivos que se apresentavam como “a solução” para lidar com os grandes contingentes de candidatos. Com a Reforma Universitária, em 1968, outras modificações são introduzidas no concurso vestibular que passou a ter: conteúdo único para todas as carreiras, execução unificada e caráter classificatório [...]. Como pode ser visto muitas modificações ocorreram ao longo dos anos e outras ainda irão ocorrer como, por exemplo, a atual Reforma Universitária. Ao mesmo tempo, a metodologia de seleção dos alunos por meio do vestibular continua a ser questionada (ANJOS, RIBEIRO e SILVA, 2007, p. 3).

Avançando para os anos 90, a quantidade de jovens que ingressam no ensino superior tem um leve crescimento que corresponde a 11,4%, ainda assim deixa o país em 17º lugar em comparação aos demais países da América Latina. Martins (2002) ressalta que essa posição não é meramente fruto da falta de vagas

nos *campi* acadêmicos, mas revela a fragilidade do ensino secundário, principalmente, para as camadas mais vulneráveis.

Mesmo com os avanços até as décadas atuais e os esforços para democratizar e popularizar a inserção ao nível superior, Paula (2014, p. 4) destaca que "ainda continuamos na transição de um sistema de elite para um sistema de massa, com forte presença do setor privado em termos de instituições e matrículas nesse nível de ensino", frisando uma significativa expansão por forte influência das políticas neoliberais, o processo de privatização e distinção da formação de nível superior no país, a partir dos anos 90, permitindo uma proliferação indiscriminada de cursos de graduação no sistema privado. Nesse contexto, o Estado deixa de cumprir, muitas vezes, sua função de avaliar e controlar a qualidade dos cursos que são ofertados, especialmente nas graduações do sistema privado de ensino (PAULA, 2014).

Estes elementos históricos, levam a problematizar: quem majoritariamente acessa este ensino superior? Como se dá essa distribuição de vagas entre o sistema de ensino superior privado e público? E será que esse acesso é democrático, quando fazemos um comparativo entre as classes e grupos sociais que acessam este campo?

Martins (2002) destaca que o ensino superior tem como característica um singelo aumento da participação da população mais pobre, principalmente no sistema privado, mas que ainda, mesmo depois de um século da implementação da primeira universidade no Brasil, existe um grande abismo no que tange a ocupação das vagas que são ofertadas.

Uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato de destinarem-se também ao atendimento à massa e não exclusivamente à elite. Num dos estudos da década de 1990, observou-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60%, o que desmistifica a crença de que os menos favorecidos são os que frequentam a instituição privada. Se por um lado, há um contingente expressivo de estudantes de nível superior proveniente das camadas de renda intermediária, salta à vista que os menos favorecidos não usufruem da igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou de reforma deste, mas por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental (MARTINS, 2002, p. 2).

Na gestão do governo Dilma Rousseff, foi aprovada a Lei nº 12.711, de 29/08/2012 (BRASIL, 2012), depois de um extenso debate em diversos setores da sociedade durante anos. Essa lei institui a admissão e reserva de vagas em cursos de graduação, sendo que as políticas públicas de inclusão possam considerar a condição étnico-racial e social dos estudantes, propondo-se minimizar as desigualdades sociais presentes nas universidades públicas:

A Lei trata da reserva de vagas em cada concurso seletivo para cursos de graduação, por curso e turno, de no mínimo 50% para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Assegura que 50% dessas vagas sejam reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita (art. 1º). Registra, ainda, que as vagas de que trata o art. 1º da Lei sejam preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à população de pretos, pardos e indígenas da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (art. 3º) (PAULA, 2017, p. 8).

É importante salientar que, atualmente, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é o maior vestibular e meio para ingressar nas universidades, principalmente as de caráter público. Esse exame foi instituído em 1998, tendo como meta avaliar os estudantes que estavam no fim da educação básica. Hoje, o exame, além de avaliar o desempenho dos alunos, vale para aqueles que desejam concorrer a uma vaga em 500 universidades. Segundo o site do programa, essas universidades utilizam o exame em substituição ou como recurso complementar aos seus vestibulares, colaborando para que muitos jovens das camadas populares que antes não tinham condições de custear o valor de vestibular, hoje possam participar deste processo, porém essa maior participação não muda o quadro de desigualdade existente entre as classes.

Neste sentido, a juventude é um dos grupos mais atingidos, principalmente no Brasil, com destaque para os jovens pobres, negros e periféricos, pois em suas vidas vários reflexos da questão social perpassam, como já colocado, a educação precária se tratando das escolas públicas, a violência, o racismo, a inserção no mercado de trabalho de forma precoce e em situações de precariedade no fazer profissional.

O preconceito racial e a exclusão desses segmentos no Brasil se reforça quando o direito é a educação, contudo mesmo sem a diferenciação da cor ou raça, são altas as quantidades de jovens que não conseguem alcançar a escolarização proposta para sua idade, em especial aqueles das classes mais vulneráveis, e isso se dá por diversos fatores (SOARES, 2016, p. 9).

Essas desigualdades sociais fazem parte de processos historicamente estruturais, agravados por um sistema socioeconômico, no caso o capitalismo, responsável por segregar, dismantelar as políticas públicas, principalmente voltadas à classe trabalhadora, fragilizando e desestabilizando a mesma em todos os aspectos.

Muitos jovens, principalmente de classe baixa, buscam nos espaços acadêmicos, segundo Sousa, M. e Sousa, G. (2006), a contemplação de seus desejos de inserção social pela busca de um auto-enriquecimento cultural, sendo este espaço uma plataforma melhor de inclusão no mercado de trabalho, além de representar para este público uma mudança em relação a história de seus pais ou responsáveis. As autoras trazem uma questão importante ao destacarem que, para muitos destes jovens, o processo de aprendizagem, desde a sua formação básica até o ensino superior, se dá por alguns obstáculos, entre eles: a falta de recursos para material de estudos, a dificuldade dos responsáveis em acompanhar e ajudar nos estudos, entre outros.

Enquanto grande quantidade dessas crianças ingressa nas escolas, um percentual bem menor consegue ingressar nas universidades, pois aqueles que conseguem se manter na escola diante de tanta sobrecarga que lhes é atribuída, mesmo quando entendem que é através dos estudos que se pode chegar a espaços que almejam no mercado de trabalho e sociedade, enfrentam muitos desafios para ingressar e permanecer no ensino superior. E para muitos que vêm de uma realidade de exclusão de direitos, dificuldade financeira e precariedade em sua formação escolar, as universidades, principalmente as públicas, são este espaço que, além de proporcionar um toque especial por fazerem parte deste lugar a que antes eram negados, contribuem para a projeção e construção de um futuro melhor para si e suas famílias.

A Universidade Pública, ao longo da história, tem seus espaços preenchidos pela elite burguesa detentora de capital social, econômico e cultural. Assim servem,

até hoje, para legitimar e amplificar seu poder diante dos grupos e classes mais pobres. A juventude que vem deste contexto social, segundo Trevisol e Nierotka (2016), dá seguimento a este poder, ainda que hoje seja um pouco menor esta disparidade nas universidades. Segundo os autores, as instituições acadêmicas refletem, de forma bem nítida, a disparidade e desigualdade existente entre ricos e pobres quando se trata de acessar estes lugares. Trazendo o ensino superior como exemplo, pode-se encontrar este desequilíbrio quando se compara a ocupação das vagas em instituições de ensino superior de caráter público e privado.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Educacionais (INEP), de 2013, pontuados pelos autores, 74% dos estudantes estavam ingressos nas faculdades privadas enquanto o restante se encontrava nas públicas, sendo que este alto índice é justamente composto pelos estudantes que em sua formação escolar estudaram em escolas públicas e que não conseguiram ser aprovados nas universidades federais e estaduais, salientando o dualismo estrutural que identifica o sistema brasileiro de ensino em que as escolas gratuitas são para os pobres e as pagas para os mais ricos e universidade privada para o primeiro segmento e a pública para o outro.

O processo de democratização da educação superior, em especial para a juventude mais pobre, começou a ser mais discutido, ganhando assim espaço no cenário político e sociedade brasileira somente há pouco tempo, com a expansão e implementação de vagas e ações afirmativas destinadas aos grupos sociais mais vulneráveis (PL nº 73/99 até se converter na Lei nº 12.711 de 2012) promovendo e ampliando a possibilidade de ingresso, principalmente dos mais jovens, ao ensino superior.

Além de que essa democratização e ampliação do acesso ao nível superior deve obedecer e seguir o Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, que estabelece como objetivo, em sua meta de número 12, a elevação da taxa bruta de matrícula no ensino superior a 50% (cinquenta por cento) e a líquida para 33% (trinta e três por cento) referente à população com 18 a 24 anos de idade, a fim de garantir a expansão e oferta das vagas, das novas matrículas, para 40% (quarenta por cento) na esfera pública. Este plano apresenta metas e estratégias sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Síntese da Meta 12 do PNE

META 12 - EDUCAÇÃO SUPERIOR Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	Estratégias
12.1	Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;
12.2	Ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;
12.3	Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;
12.5	Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.9	Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
12.10	Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;
12.13	Expandir atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;
12.14	Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;
12.16	Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;
12.17	Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;
12.18	Estimular a expansão e reestruturação das instituições de educação superior estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica;

Fonte: PNE, 2014.

De acordo com dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, de 2019, que tem como objetivo fazer uma análise da realidade social da população brasileira, foi constatado que mesmo com uma crescente de matrículas no ensino básico, principalmente a educação infantil, quando se refere ao ensino superior nota-se um percentual abaixo do esperado. Isto é perceptível quando fazemos o

comparativo com as metas do PNE, pois segundo os dados fornecidos referente ao ano de 2018 somente 23,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão inseridos dentro deste espaço, contrariando as metas do Plano Nacional de Educação que propõe para esta faixa etária, até 2024, o acesso de 33% destes jovens.

Portanto, temos um quadro infelizmente baixo e que mostra a necessidade de políticas públicas voltadas à educação básica e ao ensino médio, pois, de acordo com a pesquisa, 1,2 milhão de jovens de 15 a 17 anos estavam fora das escolas em 2018. Estas políticas devem envolver e promover a participação destes jovens, principalmente das camadas mais populares às universidades.

Ainda com base nestes dados, quando se observa o acesso ao ensino superior, a desigualdade social entre brancos e negros também é bem alarmante, enquanto, entre os jovens brancos, 55,7% não terminaram o ensino básico que inclusive é um índice bem alto. Entre os jovens negros este índice é ainda maior, 68,9% destas pessoas não conseguiram concluir este nível de ensino, o que, conseqüentemente, impacta o acesso ao ensino superior.

A ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, no propósito de que as massas possam participar e adentrar este espaço, assim contribuindo para que as taxas definidas no PNE sejam atingidas, dependerá, segundo Corbucci (2014), em ampla escala, da melhoria do fluxo da educação básica, em uma oferta do ensino básico com mais recursos e qualidade, de modo que possibilite que uma quantidade maior de jovens brasileiros possam concluir tanto o ensino fundamental quanto o médio da melhor forma possível. Portanto, a questão “vai além da ampliação da oferta de vagas e da concessão de subsídios e bolsas de estudos àqueles que conseguiram transpor os diversos obstáculos interpostos na trajetória escolar e social da maioria dos jovens brasileiros” (CORBUCCI, 2014, p. 34).

Segundo Trevisol e Nierotka (2016), as universidades públicas foram, a partir destas mudanças, desafiadas a desenvolver projetos distintos e inovadores de educação superior trazendo à sua realidade debates sobre políticas de expansão, as problemáticas do elitismo, as desigualdades sociais e assimetrias regionais que merecem ser discutidas ainda mais nestes espaços.

2.2. A JUVENTUDE PERIFÉRICA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

Antes de discorrer sobre a juventude periférica, é importante compreender o conceito geral sobre o que é juventude e a disparidade entre esses grupos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a juventude é compreendida como a faixa etária que abarca pessoas de 15 a 24 anos de idade. Este público refere-se a sujeitos que abrangem uma grande diversidade de valores, hábitos, interesses, demandas especiais e perspectivas com relação ao mundo que se diferem muito de acordo com o contexto em que está inserido e as oportunidades que lhes são propostas.

A juventude caracteriza-se, então, por um maior domínio do jovem sobre si mesmo e sobre o mundo à sua volta, no sentido de que pode compreender-se melhor e conhecer sua realidade social. Pode, além disso, usar sua vontade, que é considerada por Vygotsky (1996) uma importante função psíquica superior. Dessa forma, o jovem está mais consciente da distinção que existe entre seu mundo interno e seu mundo exterior, o que pode trazer muitos conflitos, mas capacita-o a exercer melhor sua vontade. Isso não quer dizer que não haja diversas determinações agindo sobre essa vontade, mas que ela é uma função sobre a qual se tem muito mais controle do que na infância (SOUSA M; SOUSA G., 2006, p. 4).

Bourdieu (1986, p. 145) refere que os jovens são uma categoria “socialmente manipulada e manipulável”. Sampaio (2011, p. 3) ainda acrescenta que “falar dos jovens como uma ‘unidade social’, um grupo dotado de ‘interesses comuns’ e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação”. Mas, ainda assim compreende-se que esta fase é um momento no qual estes indivíduos possuem certa responsabilidade sobre si; são sujeitos que começam a estabelecer o seu próprio amadurecimento, inicia a usar da sua relativa autonomia para tomada de decisões, começam a ler a sua realidade e experiências vividas com um olhar um pouco mais crítico e investigativo colaborando para a construção de suas identidades como sujeitos únicos. A partir dessa nova etapa, surgem as escolhas pessoais e coletivas que vão dando sentido à caminhada deste público até a nova jornada acadêmica.

O jovem apresenta uma plasticidade psíquica como característica. Passerini (1996, p. 367) chamou de polimorfismo o elemento mais marcante da experiência social dos jovens, que ela define como diferente de multiplicidade, pois não é que os jovens variem simplesmente quanto a

gênero, etnia, educação, classe, religião, mas há neles “a disponibilidade para assumir diversas configurações, incluindo aquelas que a própria cultura define como irremediavelmente outras”. Essa plasticidade se deve ao fato de o jovem estar vivendo um processo de transformações, um outro aspecto de grande importância para o entendimento do jovem (SOUSA M; SOUSA G., 2006, p. 3).

Diante deste novo olhar e comportamento que é despertado nesta fase por meio dos fatores citados anteriormente, o acesso à universidade talvez seja, para a maioria destes sujeitos, uma plataforma que contribui consideravelmente com uma nova forma de pensar, propiciando transformações pessoais destes jovens que reverberam em sua realidade social.

Sendo uma instituição que, segundo Chauí (2001), promete, de algum modo, uma abertura a novas ideias e acesso a novas informações criando uma expectativa de um ensino superior cheio de diversidade, pluralidade e universalidade, mesmo que muitos campos acadêmicos atualmente se voltem cada vez mais para uma aproximação às demandas do mercado de trabalho do que uma atenção maior para que este espaço seja um campo frutífero no processo de reflexão crítica e produção científica de qualidade.

O nível superior, para a maioria da juventude, simboliza o acesso e procura por um auto enriquecimento cultural e saber científico a que antes não tinham acesso, contribuindo, principalmente para as camadas mais pobres, com o desejo de ascensão social por meio de sua inserção no mercado de trabalho após a conclusão da graduação. O ensino superior, de acordo com Heringer (2018), continua sendo um recurso significativo de mobilidade social em nossa sociedade, prova disso, segundo a autora, é a crescente alta nas taxas de matrículas nas universidades públicas e particulares, assim reforçando a relevância e importância do ingresso à graduação para este público.

Conforme Sampaio (2011), quando trazemos a representação do público jovem como um todo, podemos até identificar, superficialmente, que uma ampla porcentagem destes jovens possa até, inicialmente, compartilhar das mesmas circunstâncias, expectativas, anseios e problemas, tais como a necessidade de arranjar um emprego, prestar um vestibular e, conseqüentemente, escolher uma profissão, dificuldades relacionadas ao relacionamento com a sua família, à

sexualidade, dentre outros. Mas, quando se faz um aprofundamento sobre este grupo, nota-se que é inegável a existência de diferenças sociais entre os jovens, inclusive nessas problemáticas comuns a este público.

O trajeto escolar para o ensino superior ainda continua sendo um grande desafio para boa parte da juventude, especialmente para os que estão inseridos em camadas mais vulneráveis economicamente. Este cenário se torna mais delicado, se considerarmos que muitos, por exemplo, precisam conciliar sua rotina de estudos com o trabalho, entre outras modalidades para se sustentar.

Rodrigues e Pelisoli (2008) ressaltam que a preparação para os vestibulares afeta muito o emocional deste público, pois, além das dificuldades financeiras, enfrentam outras barreiras como dúvidas e inseguranças sobre desenvolvimento nas atividades que lhes são atribuídas, tempo de qualidade nos estudos, cobrança de bons resultados e aprovações por parte da sua rede de apoio: família, amigos e sociedade, contribuindo assim para que surjam transtornos como o de ansiedade, prejudicando a performance durante os exames. Estes sentimentos, segundo os autores, estão alinhados à presença de ameaça que muitos destes sujeitos vivem, levando a problematizar o quanto é permeado de tensões este processo migratório para a graduação aos jovens periféricos, que precisam suportar e conciliar dificuldades e demandas que são lançadas sobre a sua responsabilidade.

Quando se trata de refletir a transição da educação básica para a superior na vida da juventude de origem popular, certamente não se deve analisar este processo somente no momento crucial do vestibular. Não devemos esquecer que a maioria deste público, segundo Sampaio (2011), “carregam uma história familiar de escolarização incompleta, precária e fragmentada, que poderia favorecer entre eles certa resistência à cultura escolar e baixa valorização da educação”. Para a autora, isto poderia explicar um pouco sobre a dificuldade que muitos enfrentam quando tentam ingressar no nível superior de educação, tornando ainda mais significativo e especial a aprovação na universidade, principalmente as públicas, por razão do alto índice de disputa pelas vagas ofertadas.

Este grupo de estudantes é, majoritariamente, composto por egressos das escolas públicas, sendo um quantitativo, segundo o Censo Escolar de 2020, de: seis milhões e trezentos mil alunos (84,1%) matriculados no ensino médio da rede

pública contra novecentos e seis mil alunos (12,6%) que fazem o ensino médio na rede privada de educação.

Mesmo que a experiência do ensino médio seja um tanto complexa para os jovens como um todo, por ser uma fase cheia de transições tanto no campo pessoal/individual como no social, para os estudantes das camadas mais pobres que, majoritariamente, fazem parte das escolas públicas, ainda é mais pesado e complexo. Ainda segundo Sampaio (2011), eles inclusive apresentam uma narrativa muito similar, pois a trajetória do ensino médio para o superior, em sua maioria, não foi potencializada para que estes sujeitos estivessem minimamente preparados para disputar por vagas nas universidades. Um público que enfrenta várias formas de exclusão, como problemas financeiros, forçando muitos destes jovens a terem que dividir o seu tempo de estudo com a busca por emprego e cursos profissionalizantes a fim de garantir um pouco mais de recurso para custear as demandas que surgem em seu dia a dia. Também contribui neste processo a baixa escolaridade dos pais, que precisaram abandonar os estudos para garantir o sustento de suas famílias e subsistência, além de lutarem contra o estereótipo social de que estudantes de escolas públicas não têm o domínio inteiramente dos conhecimentos básicos que se deve ter por exemplo, precisando assim se desdobraram para superar as lacunas e dificuldades que encontram em seu processo de formação.

Além disso, é importante compreendermos qual o perfil destes jovens. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2020, no qual se faz um recorte sobre os jovens que fazem o ensino médio na rede pública de ensino, entende-se que este grupo, predominantemente, está inserido neste espaço. De acordo com os dados divulgados, mais de 54% dos estudantes do ensino médio se identificam como negros ou pardos e, considerando que mais de noventa e cinco por cento destes estudantes estão inseridos na rede pública de educação, podemos concluir que este público em sua maioria são jovens negros/negras.

Quando fazemos um breve comparativo com os dados do Censo do Ensino Superior, do mesmo ano, vemos que a ocupação das vagas, principalmente nas instituições públicas, que são as mais disputadas e possuem os cursos mais concorridos, confirma que este campo ainda é predominado por pessoas brancas pertencentes às camadas mais ricas da sociedade. Promovendo assim a

importância e necessidade de ainda se discutir e ter políticas e ações afirmativas que contribuam e fortaleçam a democratização do acesso ao ensino superior para este grupo, principalmente às universidades públicas, pois mesmo que este ingresso não reverbere um grande êxito sobre todas as problemáticas enfrentadas por estes jovens, ainda sim contribui, mesmo que minimamente, na luta do segmento por mais representatividade e permanência nestes espaços, antes tão elitizados e até um tempo atrás inacessíveis para muitos destes jovens. Heringer (2018) destaca que:

Podemos dizer que há um desafio para as instituições de ensino superior públicas, especialmente as de maior prestígio, para considerar efetivamente como parte de suas tarefas e responsabilidades a necessidade de lidar com a emergência deste novo perfil de estudante universitário, que chega com diferentes necessidades e requer atenção especial por parte das instituições. É importante destacar que muitos destes estudantes pertencem à primeira geração das suas famílias a ingressar no ensino superior. Vários estudantes que conseguiram ingressar numa universidade pública nos anos recentes experimentam dificuldades em termos econômicos e também em termos do acesso a diferentes oportunidades de inclusão em atividades oferecidas pelas universidades (HERINGER, 2018, p. 7).

Por isso é preciso se discutir e fortalecer essas intervenções sociais no cenário político atual no qual estamos sobrevivendo, colaborando para que mais pessoas possam conhecer sobre essas ações afirmativas que viabilizam e fortalecem o acesso de estudantes periféricos, em especial os estudantes negros das camadas mais pobres, às universidades, por meio do sistema de cotas, por exemplo, o qual neste período sofre diversos processos de sucateamento e desmobilização dessas iniciativas tão necessárias para este público socialmente mais vulnerável.

Portanto, não se torna uma tarefa fácil para essa juventude periférica ingressar na universidade, pois este acesso, principalmente às universidades públicas, ocorre por meio de rigorosos processos seletivos que ainda tendem a beneficiar os estudantes que possuem um poder financeiro mais alto e, conseqüentemente, um nível de escolaridade mais apurado em relação às camadas mais populares (classe trabalhadora).

Estas desigualdades impactam o processo de preparação para os vestibulares específicos ou o ENEM impossibilitando ou dificultando o acesso a instrumentos e materiais de estudos, ambiente adequado para aprendizagem (tanto escolar como domiciliar), em um quadro de extrema fragilidade do ensino médio e básico, além da conciliação de várias tarefas e demandas. Estas discrepâncias entre um grupo de jovens e outro corroboram para que o desfecho do vestibular para um grupo seja muito mais satisfatório do que para o outro.

Diante de diversas barreiras e problemas que os jovens das camadas populares enfrentam, comparado aos jovens mais ricos, se faz importante a implementação e surgimento de novas medidas que facilitem a diminuição deste abismo socioeducacional entre os dois grupos. Por isso, os cursos pré-vestibulares públicos surgem aos estudantes provenientes da rede pública de ensino, para que essas desigualdades sejam diminuídas e que a disputa ao ensino superior tenha um percurso mais nivelado do que antes, uma disputa menos desigual.

Assim a intervenção de cursos pré-vestibulares populares demonstra ainda o desnível na qualidade do ensino básico fruto da exclusão social/racial que a maioria destes estudantes enfrenta, mas a sua existência e atuação não supre totalmente os diversos obstáculos enfrentados na trajetória escolar e social destes usuários, sendo programas que podem colaborar para que muitos dos estudantes do ensino médio da rede pública tenham uma capacitação melhor para disputar com mais igualdade os vestibulares. Possibilita, de acordo com Teixeira e Jesus (2019), um protagonismo no desenvolvimento de uma identidade mais positiva, fortalecendo a ideia de como é importante e representativo que estes sujeitos estejam nas universidades públicas.

3. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS E O INGRESSO DE JOVENS PERIFÉRICOS ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Nas discussões anteriores, observamos barreiras e desafios que a juventude pertencente às camadas mais populares enfrenta para adentrar às universidades. Diante deste processo de exclusão, surgem os cursos pré-vestibulares sociais como uma alternativa de fortalecimento da política de acesso ao ensino superior.

Portanto, neste capítulo, vamos abordar um pouco sobre a origem destes modelos de cursinhos pré-vestibulares, com enfoque no programa Universidade para Todos, no qual pretende-se fazer uma análise sobre a sua atuação dentro desta política e intervenção na realidade de jovens pobres que participaram do mesmo.

Ao discutir sobre a educação básica no Brasil, principalmente no sistema público de ensino, encontramos um cenário bastante delicado, pois as políticas educacionais voltadas para este campo vêm passando por diversos cortes e desmontes por parte do Estado, principalmente em nossa anterior e atual gestão federal (2018-2021), que apresenta um sistema de ensino totalmente fragilizado, defasado e ineficiente com relação às metas propostas pelo Plano Nacional de Educação.

Os reflexos da situação da educação podem ser percebidos na banalização e desvalorização do professor, na precariedade das estruturas das instituições de ensino, falta de recursos para itens básicos como: merenda escolar, fardamento, transporte, salários de funcionários, entre outros, colaborando para que os estudantes, em sua maioria, pertencentes às camadas mais populares da nossa sociedade, continuem excluídos e distantes de uma perspectiva de mudança em suas realidades.

Sem desconsiderar as especificidades e particularidades de cada realidade social, é possível entrever transformações no modo de atuar dos Estados, máximo em defesa dos interesses do capital e dos mercados, e mínimo para o social. Dessa feita os mais atingidos são os sujeitos da classe trabalhadora, que apesar de suas conquistas no âmbito dos direitos sociais,

políticos e econômicos, tiveram esses desregulamentados e fragmentados, em detrimento das transformações ocorridas no mundo do trabalho, as quais tiveram por objetivo flexibilizar, precarizar e desmobilizar cada vez mais esses segmentos (SOARES, 2016. p. 16).

Além de uma estrutura, tanto física quanto material, que não ajuda muito o desenvolvimento dos estudos para este público. Precisam enfrentar nos vestibulares um grupo elitista que teve todo o suporte e recursos de ponta em relação ao seu ensino, que desde muito cedo foram preparados para adentrar à universidade pública, enquanto a outra categoria não teve esta oportunidade, e se teve foi, na maioria, tardiamente, salientando a falta de investimentos e ações tanto da União, como dos Estados e Municípios nas escolas, profissionais e estudantes.

Entendemos que a escola pública, como instituição, não deve contribuir com a perspectiva de que seus estudantes enxerguem o fim do ensino médio enquanto última etapa da escolaridade, pois contribui para que o projeto capitalista de exclusão destes indivíduos continue a funcionar. Em contraposição é preciso desenvolver políticas sociais, públicas e ações afirmativas que colaborem com a defesa da democratização do acesso, não só as universidades como ao ensino de qualidade.

Também é ressaltado a responsabilidade do Estado sobre as políticas públicas e como estas possuem um papel importante em estabelecer um padrão de proteção social que colabore na perspectiva de diminuição de desigualdades e redistribuição social. Com isso, a implementação de políticas compensatórias vem possibilitando que muitos, que antes não tinham a perspectiva de fazer uma graduação, possam e tenham a oportunidade de ingressar na academia.

As políticas compensatórias são ações governamentais com o objetivo de diminuir as carências de estratos sociais discriminados pelo padrão de distribuição de riqueza social. A política se dá através de transferência de renda e programas de assistência (SILVA, 2010). Dado o exposto, Bastiani e Arbage (2018) nos dão subsídios para perceber a expansão e democratização no acesso à educação superior a partir das políticas como Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o REUNI, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a expansão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, as Políticas Ações Afirmativas e a Lei das Cotas, bem como o ENEM (TEIXEIRA, 2018, p. 20).

O ENEM é o maior vestibular e meio para ingressar nas universidades. Criado em 1998, tem como meta avaliar os estudantes que estavam no fim da educação básica. Hoje, o exame, além de avaliar o desempenho dos alunos, vale para aqueles que desejam concorrer a uma vaga em 500 universidades. Segundo o site do programa, essas universidades utilizam o exame em substituição ou como recurso complementar aos seus vestibulares, colaborando para que muitos jovens das camadas populares, que antes não tinham condições de custear o valor do vestibular, hoje possam participar deste processo. Porém, essa maior participação não muda o quadro de desigualdade existente entre as classes.

Neste sentido, a juventude é um dos grupos mais atingidos, principalmente no Brasil, com destaque para os jovens pobres, negros e periféricos, pois em suas vidas vários reflexos da questão social perpassam, como já colocado a questão da educação precária se tratando das escolas públicas, a violência, o racismo, a inserção no mercado de trabalho de forma precoce e em situações de precariedade no fazer profissional.

O preconceito racial e a exclusão desses segmentos no Brasil se reforça quando o direito é a educação, contudo mesmo sem a diferenciação da cor ou raça, são altas as quantidades de jovens que não conseguem alcançar a escolarização proposta para sua idade, em especial aqueles das classes mais vulneráveis, e isso se dá por diversos fatores (SOARES, 2016, p. 8).

Essas desigualdades sociais fazem parte de processos historicamente estruturais, agravados por um sistema socioeconômico, no caso o capitalismo, responsável por segregar, desmantelar as políticas públicas, principalmente voltada para a classe trabalhadora, fragilizando e desestabilizando a mesma em todos os aspectos.

Percebe-se, então, que os estudantes de classe social menos favorecida passam por um processo tardio de aprendizado, o qual é voluntário e consciente. Eles têm familiaridade demorada com a produção cultural, difundida na escola. Logo, os outros estudantes, que, desde o berço familiar, passaram por um processo precoce e insensível, adquirem familiaridade com a referida produção com mais rapidez e assim tendem a entender com mais facilidade a mesma. Estes filhos das elites, têm uma tendência a apreciarem determinados produtos da cultura (livros, filmes, música) que corroboram com o êxito nos processos seletivos, por exemplo (SOUSA 1; NUNES; SOUSA 2; 2018, p. 2).

Diante dessa problemática e dificuldade em acessar o espaço universitário em que, por muitos séculos, desde a criação de instituições de ensino superior,

nota-se que os participantes do ensino privado obtiveram uma maior e predominante participação nestes espaços, ocasionando futuramente contestações e protestos das classes populares em prol de uma maior participação, democratização das vagas ofertadas e melhores condições de ingresso na Universidade.

A partir dos anos 90, fortalece-se o debate de que estes estudantes das classes populares precisam e necessitam de uma preparação maior para disputar o vestibular. Com o intuito de intervir e combater este quadro educacional segregador, um novo modelo de cursos pré-vestibulares populares surge como uma via que possibilita fomentar uma maior inserção, principalmente da juventude mais pobre que concluiu o nível médio em escolas públicas, como cursistas nos campus universitários. Torna-se um movimento de educação popular, proporcionando um espaço que possibilita melhor interação entre o político, educacional e social no processo de formação, fomentando um debate e consciência mais crítica sobre a importância da participação deles não só no ensino superior, mas nas lutas sociais pela democratização deste espaço, principalmente em relação a juventude negra.

A constituição desse campo percorre os anos de 1990, quando se configura, principalmente entre os cursinhos ligados a entidades estudantis e ao movimento negro, uma doxa e um nomos que conjugam práticas pedagógicas e pautas políticas. As práticas pedagógicas desejam ensinar jovens das camadas outrora excluídas da educação superior, populares e negras, a “passar no vestibular” ou a “se dar bem no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)”. As pautas políticas giram em torno do ideal da democratização da educação superior, por meio de demandas que se acabaram tornando vitoriosas, como a isenção de taxas para inscrição em vestibulares e ENEM, a lei n. 10.639/2003 (sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira),⁶ cotas sociais e raciais, além de outras que ainda estão no horizonte de algumas redes de cursinhos, como o acesso universal à educação superior pública, o concomitante fim dos exames de acesso e políticas consistentes de permanência de jovens que vêm de grupos social e racialmente marginalizados. (GROPPO, OLIVEIRA G, OLIVEIRA M, 2019, p. 5).

Assim, os pré-vestibulares populares tendem um pouco, segundo Groppo, Oliveira G, Oliveira M (2019) a se aproximarem de uma postura psicopedagógica voltada à defesa do direito destes sujeitos a uma educação de qualidade, na qual se defendem ações no processo de formação que considerem a vivência e realidade das pessoas que vivem neste contexto de fragilidade socioeconômica, promovendo uma interação maior com conteúdos voltados aos direitos humanos, cidadania e

cultura. Há o incentivo a uma participação mais crítica destes sujeitos nas mobilizações sociais pela educação, tornando estes espaços um articulador de atuações voltadas ao empoderamento e fortalecimento identitário dos estudantes, tencionando os governos e comunidades a estabelecerem um diálogo sobre uma participação maior das camadas populares no ensino superior e pressionar os governos a constituir iniciativas e políticas democráticas que possibilitem um maior acesso dos estudantes das escolas públicas às universidades, principalmente as de caráter público.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Educacionais (INEP), de 2013, pontuados pelos autores, 74% dos estudantes estavam ingressos nas faculdades privadas, enquanto o restante se encontravam nas públicas, sendo que este alto índice é justamente composto pelos estudantes que em sua formação escolar estudaram em escolas públicas e que não conseguiram ser aprovados nas Universidades Federais e Estaduais, salientando o dualismo estrutural que identifica o sistema brasileiro de ensino em que as escolas gratuitas são para os pobres e as pagas para os mais ricos e universidade privada para o primeiro segmento e a pública para o outro.

O processo de democratização à educação superior, em especial a juventude mais pobre, começou a ser mais discutido, ganhando assim espaço no cenário político e sociedade brasileira somente a pouco tempo, com a expansão e implementação de vagas e ações afirmativas destinadas aos grupos sociais mais vulneráveis (PL nº 73/99 até se converter na Lei nº 12.711 de 2012) promovendo e ampliando a possibilidade de ingresso, principalmente dos mais jovens, ao ensino superior.

Segundo os autores Trevisol e Nierotka (2016), as universidades públicas foram, a partir destas mudanças, desafiadas a desenvolver projetos distintos e inovadores de educação superior trazendo à sua realidade debates sobre políticas de expansão, as problemáticas do elitismo, as desigualdades sociais e assimetrias regionais que merecem ser discutidas ainda mais nestes espaços.

Em relação ao número de ingressos, há uma tendência de crescimento na educação superior. Em 2001, correspondia a 143.595 e atinge 302.359, em 2010, o que representa uma elevação de 110,6%. Com relação às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, houve um aumento, de 2001 a 2010. Com

relação às regiões Sul e Sudeste, houve um decréscimo (BRASIL, INEP, 2010, p.).

Percebe-se que há um número significativo de jovens tentando acesso ao ensino público e gratuito. Desta forma, fazem-se necessárias políticas públicas que possibilitem a concorrência entre os candidatos e propiciem circunstâncias especiais de inserção e inclusão social, com crescimento sustentável e igualdade de condições, para uma proporção da população brasileira carente em busca de educação superior (FREITAS; PIMENTEL, 2011, p. 2).

Identificam-se muitas lacunas no atendimento das demandas e necessidades deste grupo enquanto sujeito de direitos, por via das políticas públicas, levando em conta a subjetividade e vivências de cada jovem que enfrenta e precisa administrar questões como trabalho precoce e precário, educação defasada e desvalorizada, corte de direitos, são parte e pertencem a esta configuração do neoliberalismo. Assim, diante desta problemática de negação de direitos e serviços da gestão pública a este público juvenil, é preciso desenvolver alternativas e soluções que deem a este jovem oportunidade de crescimento, qualidade de vida, universalização dos acessos, garantia de direitos, possibilitando uma emancipação social desses sujeitos.

3.1. O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Neste sentido, dada a importância destes indivíduos a estarem inseridos no espaço acadêmico, é que o programa pré-vestibular Universidade para Todos surge com o propósito de colaborar para ampliar este acesso ao ensino superior público, proporcionando um acompanhamento aos estudantes durante os processos de estudos para ENEM e vestibulares.

Assim, a execução do Programa UPT possibilitou ao estudante inserir-se no contexto de luta pelo direito social de igualdade de oportunidade e tratamento perante outros de classe elevada, preparados adequadamente para ocupar as vagas nas universidades públicas. A pertinência social do projeto se fundamentou como política afirmativa de acesso à educação superior ao estudante oriundo da escola pública que deseja atingir melhor preparação. Dá-se por meio do aprofundamento de conteúdos e competências direcionados ao exame de

vestibular, ao desenvolvimento da autoestima, além das atividades voltadas para a orientação profissional.

Um dado histórico importante sobre a construção do Programa veio de uma pesquisa documental realizada por Farias e Campos (2010), segundo o qual, por volta de 1998, uma ação que partindo do movimento estudantil e de professores do curso preparatório UNICOM (Universidade na Comunidade) em um dos campus da UNEB, situado na cidade de Serrinha/BA, traz ao debate a importância do movimento estudantil na cobrança da esfera pública e Estado por intervenções adequadas e maior atenção às demandas sociais que as comunidades/periferias reivindicam, como o caso da alta taxa de estudantes periféricos que concluíam o ensino médio nas escolas públicas e não conseguiam ser aprovados no vestibular, mesmo sendo a maioria dos vestibulandos. O movimento estudantil atuou como um forte porta-voz desses sujeitos, cobrando dos governantes o fortalecimento das políticas governamentais reparadoras que promovessem o direito social de igualdade e a adesão dessa juventude às universidades.

Farias e Campos (2010) também reforçam que, na década de 90, o campo da educação superior na Bahia se encontrava em uma situação bem delicada, principalmente quando se referia às políticas de afirmação voltadas à inclusão social, por isso surgem ações do governo pautadas neste campo com a finalidade de viabilizar o acesso da população mais pobre à educação superior, como no caso o Programa Faz Universitário. A origem do UPT está interligada a uma das ações deste programa, plataforma que fazia parte do Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia.

Este programa foi criado por meio do Decreto nº 8.583, de 14 de julho de 2003, integrante de um programa mais amplo cujo nome é Faz Universitário e este faz parte do Programa de Educação Tributária da Bahia (PET/BA). A Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Educação da Bahia gerenciam todas as atividades. O decreto citado foi alterado pelo Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004. Dentre os objetivos do programa está: fornecer condições de igualdade no mercado de trabalho para alunos egressos da Rede Pública, mediante o aprofundamento de estudos com vistas à realização dos processos seletivos de ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES), conceder bolsas de estudos ou bolsas-auxílio para cursar o nível superior, proporcionar bolsa de iniciação ao trabalho, conscientizar sobre importância do imposto para o fomento da cidadania (SOUSA, C.; NUNES; SOUSA S; 2018; p. 7).

O Programa Universidade para Todos (UPT), parte de uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia que, através da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), desempenha o papel de seu coordenador e financiador. O UPT é um programa que viabiliza aos estudantes e concluintes do terceiro ano do ensino médio da rede pública de ensino (municipal / estadual) aulas preparatórias para os vestibulares, visando o acesso destes ao Ensino Superior.

Sendo gerado como um projeto, foi qualificado como um programa por meio do decreto 20.004/2020, de 21 de setembro de 2020. Atualmente tem como seus objetivos: I - Movimentar as inscrições para os vestibulares e processos seletivos ao ensino superior como ENEM; II - Contribuir para a preparação e fortalecimento do ensino e aprendizado dos estudantes que estão ingressos no ensino médio e os que já concluíram, semanalmente, através das monitorias realizadas pelos professores e coordenação pedagógica; III - Colaborar com a formação inicial e continuada de discentes que já estão inseridos nas universidades para o exercício da docência.

Atualmente, segundo os dados mais recentes encontrados no site oficial, o UPT se encontra em diversos municípios da Bahia, com mais de 100 locais de funcionamento e nos 26 territórios de identidade da Bahia. As inscrições acontecem, geralmente, de forma online, por meio de uma seleção com base no aproveitamento escolar dos interessados, resultante do cálculo das médias finais obtidas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática' (UPT/UNEB 2019).

Para participar do UPT, os interessados precisam atender às exigências presentes nos editais publicados pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), ou seja, precisam ser estudantes que frequentaram e participaram do Ensino Médio e Fundamental II em escolas públicas e serem concluintes ou já terem finalizado o Ensino Médio, além de não terem ingressado no ensino superior (UPT/UNEB 2019). Sendo assim, o programa tem entre seu público assistido uma grande parcela de jovens que recentemente concluíram os estudos e buscam por uma chance na universidade e aqueles que estão no estágio final dos estudos e já almejam no ano posterior ingressar neste novo espaço.

As aulas do UPT iniciam tradicionalmente no segundo semestre (Julho - Dezembro). Normalmente, as aulas acontecem no período noturno, pois muitos destes estudantes trabalham ou estudam durante o dia. As disciplinas ministradas

durante o programa são: Português, Matemática, Geografia, Biologia, Química, Língua Estrangeira (Espanhol ou Inglês), Física, Redação e Literatura, com uma carga horária de 20 horas semanais.

Integram também o Projeto UPT projetos complementares, como seminários, oficinas, simulados e orientação vocacional. A participação no projeto dos alunos do ensino médio ou aqueles que já tenham concluído tem início com o processo de inscrições através do site da Secretaria de Educação do estado da Bahia. O requisito é estar em curso ou apresentar o certificado e histórico de conclusão do ensino médio. (...) A estrutura do Projeto UPT, no âmbito de cada universidade, é composta coordenação geral, coordenação de polo, equipe de apoio administrativo e de serviços gerais em cada estabelecimento onde as turmas são instaladas, seja nas escolas estaduais ou nos campi das universidades. Registre -se que cabe às instituições universitárias organizar e promover o processo seletivo, por meio de editais, dos monitores (estudantes de graduação ou pós - graduação), gestores de polo (servidores técnicos administrativos), professores especialistas (docentes da instituição) e supervisores (servidores técnicos administrativos) (SILVA; NASCIMENTO; PIMENTA, 2019, p. 2).

O UPT se insere no campo das políticas educacionais afirmativas de promoção ao acesso à educação superior, considerando que muitos dos estudantes das instituições de ensino básico e médio não obtinham uma aprovação expressiva nos vestibulares, principalmente das universidades públicas, tornando um ambiente totalmente oposto na ocupação das vagas cedidas, pois enquanto na educação básica a taxa de alunos nas escolas públicas é muito maior que a particular, quando se observava o ensino superior este quadro se invertia, pois nestes espaços se encontravam muito mais estudantes que concluíram os estudos em instituições particulares do que do ensino público (escolas municipais e estaduais). Isto reproduzia a sensação de pirâmide social na qual no topo do poder dessa estrutura se concentram aqueles que possuem um maior nível educacional e cultural e um poder aquisitivo social e econômico significativo. E na base dessa estrutura se encontra uma classe social de menor poder aquisitivo, que precisa lutar constantemente por direitos básicos que lhe são garantidos por lei, revelando um sistema de privilégios totalmente desigual e excludente à classe popular.

Para complementar a discussão, de acordo com pesquisa realizada por Suzart *et al.* (2019), sobre o perfil dos alunos do UPT – UEFS no ano de 2017, a média de idade dos participantes (68%) está entre 18 a 29 anos (jovens), a maioria

são mulheres (cerca de 80%) e mais de 95% do público atendido se considera como preto(a) ou pardo(a). Estes dados não devem ser tão destoantes assim em outras regiões em que o programa se localiza, já que se formos trazer os dados do último Censo Escolar (2020), significativa parte dos estudantes do ensino público se identifica como negros ou pardos, além de não esquecermos que no Estado da Bahia, segundo os dados do censo de 2018 do IBGE, a somatória de pretos e pardos não chega a mais de 80% da população. Isto reforça e destaca a atuação da UPT como uma ação afirmativa que contempla as questões raciais, no qual são abordadas e discutidas criticamente pelo projeto através de disciplinas e apresentações realizadas pelos próprios usuários como o “Giro de Notícias”, projeto realizado no curso UPT que possui o papel de contribuir no debate sobre as questões de gênero, raça/etnia e outros assuntos relevantes, possibilitando a este público de acordo com Silva; Nascimento; Pimenta (2019) “visibilidade à classe popular, como sujeitos históricos, politicamente ativos no processo de transformação social,” (p. 5).

O ENEM e outros vestibulares como o da própria UNEB, por muito tempo, expressava através dos resultados de aprovações um panorama dessa exclusão, revelando como este acesso era e ainda é uma problemática, principalmente nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Farias e Campos (2010) pontuam que, nestes processos seletivos, nos quais participantes de diferentes classes sociais e culturais que pertencem a uma sociedade totalmente desigual no campo da garantia de direitos e investimentos na educação básica, se prevalecia o imaginário de que as capacidades naturais, meritocracia e habilidades dos vestibulandos definiria os “melhores” para ingressar na universidade. Isto reforça uma disputa aberta e injusta destes sujeitos de camadas sociais diferentes, com trajetórias de vidas e oportunidades socioculturais distintas, padrões de desempenho totalmente contrastantes.

Observa-se que a trajetória educacional destes sujeitos, aliada às oportunidades que lhes eram dadas, como por exemplo a facilidade dos jovens burgueses em acessar a cursinhos pré-vestibulares, contribui ao acúmulo maior e mais qualificado dos conteúdos exigidos aos vestibulares, facilitando a disputa por vagas e admissão dessas pessoas em relação à juventude periférica que encara, na

maior parte, uma trajetória escolar cheia de obstáculos (repetência, baixo investimento financeiro, estrutura precária, evasão, abandono) tornando bem pequenas as chances de ingressarem, contribuindo ainda mais a reprodução social de desigualdades e competição entre estes dois blocos.

Segundo Ferreira (2017), o programa possibilita a inclusão dos estudantes de baixa renda no páreo competitivo em relação ao acesso à universidade.

[...] Historicamente falando, a condição de competitividade do aluno da escola pública nos vestibulares, apresentava um nível insatisfatório no sentido inclusivo. Depois com o ENEM, e as cotas, o contexto melhorou, mas não como se esperava para garantir uma maior presença do aluno da escola pública, em sua grande maioria, de baixa renda.

Para além da maior probabilidade de acesso à educação superior, é preciso informar que os documentos oficiais apontam a UPT como produtora de avanços além da finalidade primeira (acesso à educação superior como fator de desenvolvimento humano). O projeto tem alcance nas instâncias social e emocional, dada a condição de que socialmente falando, os alunos participantes sentiram-se mais valorizados como sujeitos com condição de acesso à Universidade enquanto acadêmicos e emocionalmente, por terem um aumento considerável de sua autoestima, em função de uma maior expectativa de um futuro mais participativo (ANGELIM, 2017. p. 1-2).

Os jovens estudantes que pertencem a este quadro socioeconômico e racial, com histórico de negação e exclusão à universidade, buscam nos espaços acadêmicos, segundo Sousa e Sousa (2006), a contemplação de seus desejos de inserção social pela busca de um auto-enriquecimento cultural, sendo este espaço uma plataforma melhor de inclusão no mercado de trabalho, além de representar para este público uma mudança em relação a história de seus pais ou responsáveis.

Sousa e Sousa (2006) trazem uma questão importante: para muitos destes jovens, o processo de aprendizagem, desde a sua formação básica até o ensino superior, dá-se por alguns obstáculos, entre eles: a falta de recursos para material de estudos, a dificuldade dos responsáveis em acompanhar e ajudar nos estudos, entre outros. Enquanto uma grande quantidade dessas crianças ingressa nas escolas, um percentual bem menor consegue ingressar nas universidades, pois aqueles que conseguem se manter na escola diante de tanta sobrecarga que lhes são atribuídos entendem que é através dos estudos que se pode chegar a espaços que almejam no mercado de trabalho e sociedade. As universidades, principalmente as públicas, para muitos que vêm de uma realidade de exclusão de direitos, dificuldade financeira e precariedade em sua formação escolar, além de

proporcionar um toque especial por fazerem parte deste lugar que antes eram negados, contribui para a projeção e construção de um futuro melhor para si e suas famílias. Assim, os cursinhos pré-vestibulares se inserem neste campo do ingresso ao ensino superior, possibilitando que estes estudantes possam disputar o vestibular de forma mais justa e intensa.

Como já sinalizado na introdução, no desenvolvimento do presente estudo, foram realizadas entrevistas com três ex-alunos do programa e que hoje estudam em universidades públicas (UNEB e UFBA). Todos os entrevistados são ex-alunos do polo UPT Rômulo Almeida (2016-2017), localizado em Salvador, no bairro do Imbuí. Todos concluíram o ensino médio em escolas públicas.

A entrevista foi importante pois teve a finalidade de analisar e aproximar-se mais do objeto estudado, através da identificação das percepções dos participantes. Para preservar a identidades dos usuários, os entrevistados terão nomes fictícios. Os entrevistados foram: Joana, de 22 anos e moradora do bairro Pituaçu; Juan, de 22 anos e morador do bairro Boca do Rio; e Carlos, de 23 anos e morador do bairro Imbuí.

Em relação ao roteiro da entrevista foram levantadas questões sobre como o programa se inseriu na vida dos estudantes e se causou alguma mudança em sua rotina/comportamento. Bem como se questionou se o UPT contribuiu na construção de pertencimento a universidade pública, e como eles avaliam este programa, principalmente em relação ao pólo, durante o período em que participaram, considerando a metodologia adotada, a equipe e a estrutura do local.

Quando se questionou sobre como eles conheceram o programa, todos salientaram que souberam e foram indicados a participarem por familiares e amigos que já fizeram parte do UPT, além de que na escola onde os três estudaram o ensino médio, Colégio Estadual Professor Rômulo Almeida - Salvador, o projeto já atuava há um tempo, colaborando assim para a divulgação expressiva do pré-vestibular pela comunidade escolar e moradores da região.

Outro ponto destacado foi a gratuidade do pré-vestibular, que foi um elemento que incentivou na procura pelo cursinho. A partir do momento em que eles adentraram ao cursinho, foram pontuadas algumas mudanças que o UPT proporcionou a eles, como o direcionamento e orientações em relação a escolha

dos cursos de graduação. Juan (2021), por exemplo, pontua que: “*A mudança causou no direcionamento do que eu queria, né? Porque muito no começo eu queria prestar concurso de militar. Depois, no decorrer do curso eu fui mudando, mudando pra área da biologia e fui seguir para veterinária*”.

Os entrevistados pontuaram que em relação a equipe profissional e metodologia aplicada pela mesma, sua avaliação foi satisfatória e positiva, na qual a forma como o conteúdo era repassado era totalmente inclusiva e sensível à realidade sociocultural e os diferentes níveis de conhecimento/aprendizagem dos estudantes, tornando a linguagem e socialização de informações e conteúdos aplicados em aula muito acessível a maioria dos participantes.

Nas falas dos entrevistados, salienta-se que essa qualidade era garantida mesmo com algumas situações delicadas que aconteciam, como por exemplo, o atraso no pagamento aos monitores e coordenação. Percebia-se o empenho e dedicação da equipe para que os alunos não fossem tão prejudicados. Estes profissionais são demandados, para além da revisão de conteúdos do ensino médio, a prestar um suporte, mesmo que minimamente, em virtude das lacunas de uma educação básica fragilizada durante a preparação destes alunos, revelando o desnível escolar dos sujeitos que participam do programa.

Sobre a estrutura física do campo onde aconteciam as aulas, os três em consonância relataram a precariedade e fragilidade do pólo em acolher a quantidade expressiva de alunos do projeto, chegando a momentos de estarem em salas superlotadas, o que acabava dificultando o processo de aprendizagem, pois só eram oferecidas duas salas para o programa, com turmas superiores a 30 alunos e essa aglomeração acabava sendo uma barreira para a concentração nas aulas.

Além disso foi colocado que, durante este processo, o cursinho foi muito importante por propiciar discussões críticas e profundas, promovidas e direcionadas pelos próprios estudantes, através de seminários e oficinas de redação sobre temáticas importantes ligadas às questões de gênero, racismo, as pautas LGBT, entre outras, que não eram tão abordadas durante os estudos do ensino básico, mas que, por meio do projeto e através de seminários, simulados e oficinas, colaboraram para que as percepções sobre essas realidades se tornassem mais

amplas e analíticas, contribuindo para que os alunos se sentissem mais confortáveis e seguros para discutirem e se posicionarem criticamente sobre estes assuntos.

Teixeira (2018) discute sobre a contribuição que os cursos pré-vestibulares trazem para o resgate da autoestima dos alunos, a exemplo da comunidade negra, com ações e posicionamentos voltados ao combate contra o racismo e injustiça racial, fomentando, a partir dessas discussões, o fortalecimento de uma identidade racial e social, reforçando o papel destes cursos na formação para a cidadania e “para a compreensão de si e do mundo, para a formação de estudantes sob o viés de uma educação não eurocêntrica e intercultural” (TEIXEIRA, 2018, p. 40). Isto torna o cursinho um espaço de troca de saberes, fomentador e participante no fortalecimento de uma identidade positiva dos usuários que pertencem a comunidades sócio historicamente excluídas, apontando a importância e representatividade desses sujeitos estarem dentro das universidades.

(...) percebe-se que a proposta do UPT amplia a função de um cursinho pré-vestibular. Por meio das atividades complementares, o UPT inova e aperfeiçoa suas práticas de ensino, aproximando-as da realidade de seus cursistas. As oficinas de Redação e de Atualidades possibilitam a discussão de forma interdisciplinar de conhecimentos gerais e atuais que favorecem o desenvolvimento do olhar crítico e da capacidade argumentativa. Já o Giro das Profissões auxilia na escolha profissional, pois os alunos são assistidos por fundamentação teórica e ferramentas metodológicas que lhes possibilitem interpretar as particularidades dos cursos de graduação pretendidos e seu posicionamento no mercado de trabalho, assim, tornar a escolha profissional mais crítica e consciente. Esse conjunto de estratégias de aprendizagem propiciam a facilitação da aprendizagem ativa (SUZART, OLIVEIRA, ALVES E SOUZA, 2019, p. 10).

O programa Universidade para Todos, segundo os três participantes, além de colaborar na discussão sobre essas temáticas sociais apontadas anteriormente, foi muito significativo na construção de pertencimento à universidade pública.

Joana (2021) pontua que sempre desejou entrar na universidade mas, durante um tempo, este sonho se tornava algo muito distante da sua realidade, visto que não tinha todo o suporte financeiro necessário para investir em seus estudos e cursos pré-vestibulares, ao contrário dos estudantes do ensino médio privado, provocando a sensação de que não era capacitada o suficiente para adentrar na universidade pública, principalmente quando se estabelece uma disputa direta entre estes dois perfis de alunos. Essa realidade provocava nela a sensação de que

somente estes estudantes teriam a capacidade de estudar em universidades públicas, tornando este objetivo/sonho possível somente em instituições de ensino superior privado, por considerar mais fácil o acesso. Por outro lado, para ela e demais estudantes que pertencem às camadas mais populares, é uma possibilidade muito difícil de conciliar em função dos custos e gastos com mensalidades e outras tarifas que fazem parte do ensino superior privado. Portanto, em sua avaliação, o UPT contribuiu muito e ampliou a construção de pertencimento a este espaço.

Carlos (2021) ainda faz um adendo muito importante sobre pertencer à comunidade acadêmica das universidades públicas:

A UPT me possibilitou muito a desenvolver isso, essa questão de pertencimento à universidade pública, a educação pública, porque a educação pública é importante, não deveria ser algo mercadológico, sabe, que você terá que pagar para estudar. A universidade pública é uma das maiores instituições que produz pesquisa, que faz ciência, sabe? A universidade pública ela faz ciência, faz as produções científicas. Tudo que a gente tem hoje a gente deve às universidades públicas, seja em questão de saúde, seja em questões sociais, ao qual a UNEB é bastante presente nas questões sociais. Então, eu tenho bastante isso internalizado em mim, na minha cabeça. E isso é bem reforçado dentro da UPT, apesar da UPT preparar a gente tanto para o Enem quanto para o vestibular UNEB (CARLOS, 2021).

Considerando a inserção destes usuários do programa nas universidades, é importante que o programa explore e entenda a percepção destes sujeitos sobre esta instituição, discutindo a questão da inclusão social e o aumento dos estudantes de camadas sociais mais vulneráveis da sociedade nestes espaços, principalmente nas universidades públicas, que hoje são as mais disputadas.

Muitos destes estudantes que ingressam no programa, procuram no UPT essa possibilidade de mudar de quadro escolar em relação aos seus pais ou responsáveis, podendo ser os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior. A UPT, nos últimos anos, aparece como uma política de desenvolvimento educacional de reparação e de ação afirmativa, voltada para grupos sociais historicamente segregados e que que tiveram seus direitos e sua cidadania não garantidos.

Neste sentido, é considerando a importância destes indivíduos estarem inseridos no espaço acadêmico que o Universidade para Todos surge no propósito de promover este acesso ao ensino superior público, aumentando a chance e o

nível de competitividade dos estudantes de escolas públicas perante aos estudantes de escolas particulares.

Com o objetivo de coletar informações referentes à aprovação dos participantes do UPT em vestibulares, foram encontrados em dois artigos científicos dados referentes à aprovação dos estudantes em vestibulares. O primeiro trabalho é de Farias e Campos (2010), que trouxe dados de aprovações do UPT no período de 2003 a 2008, durante o período citado os resultados passaram por mudanças à medida que a quantidade de vagas para cursar o pré-vestibular eram aumentadas. Sendo assim de 2003 até 2008, a taxa média de alunos do UPT aprovados no vestibular passou de 7,5% para 22,55%, um aumento percentual de mais de 14% (FREITAS e CAMPOS, 2010, p. 17), pontuando ser uma iniciativa que não só fomenta e contribui no embasamento teórico e posicionamento crítico dos estudantes, mas produz importantes resultados do acesso deste público ao ensino superior.

O outro dado, é referente a produção realizada por Silva, Nascimento e Pimenta (2019) na qual aborda a implementação de ações sócio pedagógicas no pólo Rômulo Almeida, em Salvador, no ano de 2018, com destaque a ação interventiva chamada "Giro de Notícias" que promove o espaço para o debate e socialização de informações sobre demandas sociais realizado entre todos os participantes e colaboradores do programa, no qual os estudantes assumem o protagonismo dessa prática. Com isso, os pesquisadores destacaram que dos 100 estudantes que participaram deste projeto, através da coleta dos dados disponibilizados pelo ENEM, SISU e PROUNI, 66% destes alunos obtiveram aprovações em cursos de instituições públicas.

Neste sentido, verificamos que o UPT traz contribuições significativas para o ingresso de jovens periféricos às universidades, a exemplo de: promoção de debates e discussões com a participação da equipe profissional e público atendido sobre a importância do pertencimento e participação ativa desses jovens nas universidades públicas, inseridos nesta perspectiva de inclusão social e ampliação do acesso ao ensino, como resposta ao anseio das juventudes das classes populares por oportunidades e pertencimento nestes espaços; sendo um caminho alternativo à universidade, fazendo com que estes espaços, além de articularem e

possibilitarem o reforço aos estudos para os vestibulares, tornem-se espaços de articulação entre movimentos sociais e estudantes na luta para viabilização de práticas sócio-pedagógicas que promovam o maior acesso de jovens periféricos ao ensino superior.

Analisando a proposta sociopedagógica do Programa UPT e traçando o perfil socioeconômico dos alunos pudemos compreender como o Programa Universidade Para Todos, desenvolvido pela UNEB, contribuiu de forma efetiva na formação e no ingresso desse público alvo nas universidades públicas da Bahia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade Pública, ao longo da história, tem seus espaços preenchidos pela elite burguesa, detentora de capital tanto social, econômico e cultural, assim estes espaços servem, até hoje, para legitimar e amplificar seu poder diante dos grupos e classes mais pobres. A juventude que vem deste contexto social, segundo Trevisol e Nierotka (2016), dá seguimento a este poder, ainda que hoje seja um pouco menor esta disparidade nas Universidades. Segundo os autores estudados, as instituições acadêmicas refletem de forma bem nítida a disparidade e desigualdade existente entre ricos e pobres quando se trata de acessar estes lugares. Trazendo o ensino superior como exemplo, pode-se encontrar este desequilíbrio quando se compara a ocupação das vagas em Instituições de Ensino Superior de caráter público e privado.

Esta pesquisa possibilitou analisar e discutir melhor sobre as barreiras que os jovens das camadas populares e estudantes de escolas públicas enfrentam ao ingressarem na educação superior. Assim, possibilitando compreender um pouco mais sobre a intervenção dos cursos pré-vestibulares sociais na realidade destes sujeitos, visto que, historicamente, há o desnível em relação a preparação e processo de aprendizagem dos alunos da rede particular e pública, no qual os fatores socioeconômicos e culturais como o racismo, por exemplo, ampliam barreiras para o ingresso destes jovens.

Segundo Corbucci (2014), a ampliação do ingresso ao ensino superior brasileiro, no sentido de que as camadas mais populares possam adentrar a estes espaços, contribuindo para que a meta de 33% de frequência que faz parte do Plano Nacional de Educação, vai além do aumento de vagas e concessão de benefícios a este público. Para que este ingresso tenha resultados mais satisfatórios e expressivos, faz-se necessário a implementação de mudanças e melhorias do fluxo da educação básica, pois, possibilitará que uma maior quantidade de jovens brasileiros concluam o ensino superior com mais qualidade.

Sendo assim, o Programa Universidade para Todos (UPT) surge nesta perspectiva de acesso dessa massa à universidade. Possui polos em 176 municípios do Estado da Bahia, com 237 locais de funcionamento, sendo a maior quantidade de alunos localizados na região metropolitana de Salvador. O programa socioeducacional é direcionado aos estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede pública. No que diz respeito aos usuários do projeto, a maior parte do público reside próximo aos polos onde acontecem as aulas, possuem uma renda familiar baixa, tornando o UPT em muitos casos, como a única plataforma que auxilia no processo de estudos para o vestibular.

Em relação ao perfil socioeconômico dos usuários, encontrou-se muita dificuldade em se obter estes dados nos registros oficiais do programa, fazendo com que o pesquisador tivesse que recorrer a outros documentos bibliográficos para se obter essa informação tão importante.

O programa tem como objetivo o ingresso destes alunos nas universidades, fortalecendo o acesso destes ao ensino superior, principalmente as instituições de ensino públicas. Além disso, inicialmente foi proposto no projeto fazer uma análise sobre os resultados alcançados nos anos de 2015 a 2017, mas no decorrer da pesquisa, por questões burocráticas, não foi viabilizado o acesso aos dados para que então pudesse fazer uma melhor análise da produtividade e eficácia do UPT.

Considerando o programa como uma iniciativa pública, destaco a importância do mesmo em disponibilizar para a sociedade um sistema que divulgue alguns dados sobre o público atendido (perfil socioeconômico, raça e gênero etc.) e resultados obtidos nos vestibulares pelos alunos do UPT. Estes dados não só contribuirão para o desenvolvimento de futuras produções científicas, trazendo mais riquezas nas informações, como também possibilitará que a própria comunidade conheça melhor sobre a sua atuação na realidade do público assistido pelo programa.

Desta forma, o programa é um importante elemento que se insere dentro da perspectiva de preparação para o ensino superior que uma grande parcela das escolas públicas não consegue suprir, evidenciando nas discussões anteriores a atuação do UPT em fomentar e fortalecer a autoestima destes sujeitos e contribuir para rotina de estudos preparação necessária para disputarem as vagas oferecidas

nos vestibulares e ENEM, buscando facilitar a conquista e os sonhos deste público em adentrar às universidades. Contribuindo com o acesso destes jovens que buscam no ensino superior a oportunidade de superar um histórico de exclusão, desvalorização e realidade social desfavorável, tendo neste espaço acadêmico a via de acesso para a inclusão no mercado de trabalho, que possa possibilitar uma transformação tanto social, cultural e intelectual, destacando o papel da educação como agente social de inclusão e capaz de mobilizar socialmente indivíduos.

5. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DEMOCRATIZANDO AS RELAÇÕES PELA CONQUISTA DA CIDADANIA.**

Belo Horizonte: NAUTA, 2001. 23 p. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_educacao.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

AURINAR, JOSÉ; WANDERLEY, SIMONE. **Projeto Universidade Para Todos - UPT: Uma Experiência De Inclusão E Formação Continuada.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IV., 2017, JOÃO PESSOA. EDUCAÇÃO... Brasília: [s.n.], 2017. p. 1-9. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_M D1_SA1_ID2247_17102017000221.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Da Ordem Social: Da Educação, da Cultura e do Desporto. Brasília: [s. n.], 1988. 579 p. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin; MATTOSO, Francinelly Aparecida. **CIDADE, TRABALHO E CONSUMO: a experiência dos jovens pobres na contemporaneidade.** Revista de Políticas Públicas, São Luís, ano 2010, v. 14, ed. 1, p. 1 - 10, 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/360>. Acesso em: 22 jul. 2021.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Evolução do Acesso de Jovens à Educação Superior no Brasil.** Texto para discussão 1950, Brasília, p. 1 - 40, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3021/1/TD_1950.pdf. Acesso em: 2 jun. 2021.

FARIAS, Maria; CAMPOS, Maria. Projeto Universidade Para Todos: **Política Pública na Direção da Igualdade de Oportunidade ao Acesso à Educação Superior.** Estudos IAT, Salvador, v. 1, ed. 3, p. 116-137, 2010. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/viewFile/28/64>. Acesso em: 15 set. 2021.

FREITAS, Clélia; SOUSA, Gabriela. **A caminho da universidade: uma política de inclusão social.** [S.l.: s.n.], 2011. 12 p. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_8802_1337692863.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

HERINGER, Rosana. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico.** Rev. bras. orientac. Prof. Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7-17, jun. 2018. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902018000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 out. 2021.
<http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7>.

JESUS, Ana Lucia Paranhos de; SILVA, Ana Vitória da Paixão. **Formação Continuada Como Prática Pedagógica Inovadora no Projeto Universidade Para Todos - UPT**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E GEOTECNOLOGIAS, 2., 2019, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Congresso Internacional de Educação e Geotecnologias, 2019. v. 1, p. 1-5. Disponível em: <file:///C:/Users/caiom/Downloads/6820-Texto%20do%20artigo-17826-2-10-20190721.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. In.: Acta Cirúrgica Brasileira [online]. 2002, v. 17, suppl 3 [Acessado 26 Setembro 2021], pp. 04-06. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>>. Epub 22 Abr 2003. ISSN 1678-2674. <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>.

MELO, Eleni. **Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público**. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm>. Acesso em: 01 nov. 2020.

NITAHARA, Akemi. Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais. **In: Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais**. Rio de Janeiro: Kleber Sampaio, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/acesso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-dos-padroes-internacionais>. Acesso em: 4 nov. 2021.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década**. In.: Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]. 2017, v. 22, n. 2 [Acessado 3 Outubro 2021], pp. 301-315. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002>>. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002>.

RODRIGUES, Daniel Guzinski e PELISOLI, Cátula. **Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório**. Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo) [online]. 2008, v. 35, n. 5 [Acessado 27 de outubro 2021], pp. 171-177. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-60832008000500001>>. Epub 05 Dez 2008. ISSN 1806-938X. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832008000500001>.

SAMPAIO, S. M. R. (Org.) **Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular**. In: Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 27-51. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books.

SANTOS, Milene; RIOS, Pedro Paulo. **PROJETO UNIVERSIDADE PARA TODOS: POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO E ESPAÇO PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO DOCENTE**. V CONEDU, Olinda, v. V, 2018. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA1_ID6547_31072018094332.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

SILVA, Ilza Maria. **Desafios e possibilidades de atuação do assistente social: a área da educação como espaço sócio-ocupacional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XIII., 2010, Brasília. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL... Brasília: [s.n.], 2010. p. 1-5. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083_.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SILVA, J.; SANTOS, E.; SANTOS, N.; MUNIZ, G. S.; **Universidade Para Todos: Aplicação do Programa De Extensão no Campus da UESB de Itapetinga-BA**. i Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/politicaspUBLICAS/wp-content/uploads/2018/12/I_SEM_PE_2018_38.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOARES, Manoela. **Questão Social e Seus Reflexos Sobre a Juventude: Trabalho, Educação e Violência**. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2016, Belo Horizonte. 80 anos de Serviço Social: Tendências e Desafios... [S.l.: s.n.], 2016. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ae/aed881d7-ad1b-4c03-a343-b0a16bbc0f63.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SOUSA, E. C.; NUNES, C. P.; SOUSA, G. dos S. **CURSO PRÉ-VESTIBULAR UNIVERSIDADE PARA TODOS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ACESSO DE ESTUDANTES AO ENSINO SUPERIOR E AO MERCADO DE TRABALHO**. REVES - Revista Relações Sociais, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 0367-0381, 2018. DOI: 10.18540/revesv1iss3pp0367-0381. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/3188>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOUSA, Erivan Coqueiro. **Contribuições do Curso Pré-Vestibular Universidade Para Todos (UPT), Como Política Pública, para o Acesso de Estudantes de Aracatu-Ba ao Ensino Superior**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2019/08/ERIVAN-COQUEIRO-SOUSA.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SOUSA, Livia Mesquita de; SOUSA, Sônia M. Gomes. **JOVENS UNIVERSITÁRIOS DE BAIXA-RENDA E A BUSCA PELA INCLUSÃO SOCIAL VIA UNIVERSIDADE . Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 1, n. 2, p. 26-39, 01 dez. 2006. Semestral. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/LiviaeSonia.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUZA, Thaíssa Bispo; BORGES, Eduardo Henrique N. **A ESTIGMATIZAÇÃO DE COTISTAS COMO EFEITO NÃO PRETENDIDO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS**. Revista Administração Educacional, Recife, v. 11, ed. 1, p. 1/17, 2020. DOI <https://doi.org/10.51359/2359-1382.2020.246086>.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/view/246086>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SUZART, Nayana *et al.* **GESTÃO DAS ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DO PROJETO UNIVERSIDADE PARA TODOS – UEFS**. Seminário Gepraxis, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em:

<http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/8452/8120>. Acesso em: 3 out. 2021.

TEIXEIRA, Helena. **O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT): aproximações com o cursinho pré-enem do governo do estado da bahia (2004-2018)**. 2018. 76 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Ufba, Salvador, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28772/1/O%20programa%20universidade%20para%20todos%20aproxima%C3%A7%C3%B5es%20com%20o%20cursinho%20pr%C3%A9Enem%20do%20governo%20do%20Estado%20da%20Bahia%20-%20Rosa%20Helena%20Ribeiro%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TREVISOL, Joviles Vitório e NIEROTKA, Rosileia Lucia. **Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência**. Revista Katálysis [online]. 2016, v. 19, n. 01 [Acessado 27 Outubro 2021] , pp. 22-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>>. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>.

VASCONCELOS, Simão Dias e SILVA, Ednaldo Gomes. **Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2005, v. 13, n. 49 [Acessado 28 Outubro 2021] , pp. 453-467. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362005000400004>>. Epub 15 Maio 2006. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362005000400004>.